

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

CNPJ nº 38.482.780/0001-26

NIRE 35.300.556.453

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2025**

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de outubro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Anemus Wind Holding S.A., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1550, conjunto 815 – sala 2, 8º andar, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP 04711-130 (“Companhia”).

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Nos termos do artigo 124, § 1º, II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), o edital de convocação foi publicado nos dias 8, 9 e 10 de outubro de 2025, por meio do jornal Diário Comercial. Constatada a presença de acionistas representando 99,99% das ações ordinárias com direito a voto de emissão da Companhia, quais sejam: (i) Anemus Wind Participações S.A. (“Anemus Participações”), (ii) WEG Equipamentos Elétricos S.A. (“WEG S.A.”), e (iii) WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A. (“WEG Linhares”), e, em conjunto com a Anemus Participações e a WEG S.A., os “Acionistas”, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. Por fim, registradas as presenças dos membros da administração da Companhia.

3. MESA: Presidente: Ricardo Lopes Delneri; Secretário: Adriano Chaves Jucá Rolim.

4. INSTALAÇÃO: Verificado o quórum legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária.

5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** aprovar a submissão de pedido voluntário de cancelamento do registro de companhia aberta categoria B da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com fundamento nos artigos 51, inciso I e seguintes da Resolução CVM nº 80/22, e em observância do quanto disposto na Lei das S.A. e na Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.385/76”); **(ii)** consignar a inexistência de valores mobiliários de emissão da Companhia em circulação, tendo em vista o pagamento integral, e conseqüente extinção, das debêntures emitidas pela Anemus Holding em 2 de julho de 2021; **(iii)** aprovar a adoção de medidas societárias decorrentes da nova condição de companhia fechada, inclusive a realização de todos os ajustes estatutários (bem como sua consolidação) que se façam necessários para tal adequação, nos termos dos artigos 122 e 136 da Lei das S.A.; **(iv)** autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à execução das deliberações previstas neste item, incluindo assinatura e protocolo de documentos, comunicações à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), bem como a outorga de procurações específicas para tais finalidades, conferindo-lhes

poderes amplos e gerais; e **(v)** a ratificação de todos e quaisquer atos praticados e/ou documentos assinados pela diretoria da Companhia até a presente data necessários à consumação e implementação das matérias acima previstas.

6. DELIBERAÇÕES: Preliminarmente, deliberou-se pela (a) lavratura da presente ata pela forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, e (b) a sua publicação com as omissões das assinaturas dos acionistas. Dando-se prosseguimento aos trabalhos, dentro da "Ordem do Dia", a totalidade dos Acionistas presentes deliberou, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, aprovar o quanto segue:

(i) a submissão de pedido voluntário de cancelamento do registro de companhia aberta categoria B da Companhia perante a CVM, com fundamento nos artigos 51, inciso I e seguintes da Resolução CVM nº 80/22, e em observância do quanto disposto na Lei das Sociedades por Ações e na Lei 6.385/76;

(ii) a consignação e ratificação da inexistência de valores mobiliários de emissão da Companhia em circulação, tendo em vista o pagamento integral, e consequente extinção;

(iii) a adoção de todas as medidas societárias necessárias decorrentes da nova condição de companhia fechada, inclusive a realização de todos os ajustes estatutários que se façam necessários para tal adequação, nos termos dos artigos 122 e 136 da Lei das Sociedades por Ações, de forma que o estatuto social da Companhia passará a vigorar conforme o Anexo I;

(iv) a autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à execução das deliberações previstas neste item, incluindo, mas não limitado a assinatura e protocolo de documentos, formulários, requerimentos, cartas, pedidos, e todas as demais comunicações à CVM e à B3, bem como a outorga de procurações específicas para tais finalidades, conferindo-lhes poderes amplos e gerais para tanto; e

(v) a ratificação de todos e quaisquer atos praticados e/ou documentos assinados pela diretoria da Companhia até a presente data necessários à consumação e implementação das matérias acima previstas.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada por todos os presentes, bem como autorizado o seu arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

São Paulo, 28 de outubro de 2025.

[Página de assinaturas 1/2 da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Anemus Wind Holding S.A., realizada em 28 de outubro de 2025.]

Mesa:

DocuSigned by:
Ricardo Lopes Delneri
62D002B90E264F3...
Ricardo Lopes Delneri
Presidente da Mesa

Assinado por:
Adriano Chaves Jucá Rolim
A4866990EA124A8...
Adriano Chaves Jucá Rolim
Secretário

[Página de assinaturas 2/2 da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Anemus Wind Holding S.A., realizada em 28 de outubro de 2025.]

Acionistas:

ANEMUS WIND PARTICIPAÇÕES S.A.

Assinado por:

Adriano Chaves Jucá Rolim

A4866990EA124A8...

Nome: Adriano Chaves Jucá Rolim

Cargo: Diretor Presidente

Assinado por:

Michelle Adriane Bochnia Coutinho

72E8432B1BF04DA...

Nome: Michelle Adriane Bochnia Coutinho

Cargo: Diretora

WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.

ANDRE LUIS

RODRIGUES:12356910808
808

Assinado de forma digital por ANDRE LUIS RODRIGUES:12356910808
Dados: 2025.10.31 16:45:21 -03'00'

Nome: André Luis Rodrigues

Cargo: Diretor

DANIEL MARTELETO

GODINHO:02890431665

Assinado de forma digital por DANIEL MARTELETO GODINHO:02890431665
Dados: 2025.10.31 16:48:17 -03'00'

Nome: Daniel Marteleto Godinho

Cargo: Diretor

WEG LINHARES EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.

ANDRE LUIS

RODRIGUES:12356910808
10808

Assinado de forma digital por ANDRE LUIS RODRIGUES:12356910808
Dados: 2025.10.31 16:45:36 -03'00'

Nome: André Luis Rodrigues

Cargo: Diretor

JULIO CESAR

RAMIRES:44440820972

Assinado de forma digital por JULIO CESAR RAMIRES:44440820972
Dados: 2025.10.31 16:58:22 -03'00'

Nome: Júlio César Ramires

Cargo: Diretor

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

CNPJ nº 38.482.780/0001-26

NIRE 35.300.556.453

**ANEXO I da ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2025**

ANEMUS WIND HOLDING S.A.

CNPJ nº 38.482.780/0001-26

NIRE 35.300.556.453

Capítulo I

Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social

Artigo 1º A Anemus Wind Holding S.A (“**Companhia**”) é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15, de dezembro, de 1976, e suas alterações posteriores (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

Artigo 2º A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1550, conjunto 815 – sala 2, 8º andar, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP 04711-130, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria.

Artigo 3º A Companhia tem por objeto social:

- (i) participação em outras sociedades, como acionista ou quotista; e
- (ii) geração e comercialização de energia solar e eólica como agente autorizado pelo órgão regulador.

Capítulo II

Capital Social e Ações

Artigo 4º O capital social da Companhia subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 370.555.159,00 (trezentos e setenta milhões e quinhentos e cinquenta e cinco mil e cento e cinquenta e nove reais), dividido em 98.310.552 ações, das quais 49.155.276 (quarenta e nove milhões e cento e cinquenta e cinco mil e duzentos e setenta e seis) são ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 49.155.276 (quarenta e nove milhões e cento e cinquenta e cinco mil e duzentos e setenta e seis) são ações preferenciais.

Parágrafo Único. Fica vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias.

Artigo 5º Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas assembleias gerais de acionistas ("**Assembleias Gerais**"), cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável.

Artigo 6º O capital social da Companhia poderá ser aumentado em até 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração independente de reforma deste Estatuto Social, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("**Capital Autorizado**").

Parágrafo 1º Dentro do limite do Capital Autorizado, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo 2º Dentro do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Capítulo III Assembleias Gerais

Artigo 7º As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei.

Artigo 8º As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas.

Parágrafo Único. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as convocações das Assembleias Gerais deverão ser feitas, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, a Assembleia Geral será realizada em segunda convocação, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência. Não obstante o disposto acima, a convocação poderá ser dispensada quando estiverem presentes à Assembleia Geral a totalidade dos Acionistas.

Artigo 9º As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número, exceto se quórum maior for exigido em legislação aplicável.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral será instalada e presidida (i) pelo Presidente do Conselho de Administração, ou (ii) na ausência ou no impedimento deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pelos demais membros do Conselho de Administração da Companhia, ou (iii) na ausência de tal indicação ou na ausência ou no impedimento do membro do Conselho de Administração indicado, por qualquer dos acionistas indicado pela maioria dos acionistas presentes. Caberá ao presidente da Assembleia a escolha de uma pessoa para secretariar os trabalhos.

Artigo 10 Exceto se maior quórum houver sido estabelecido em legislação aplicável, as matérias submetidas à deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral serão aprovadas por maioria simples de voto dos Acionistas presentes, não sendo computados os votos em branco.

Artigo 11 Sem prejuízo do disposto no artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações, compete privativamente à assembleia geral de acionistas ("**Assembleia Geral**"):

- (i) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (ii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- (iii) a emissão de debêntures, exceto conforme previsto neste estatuto quanto às competências atribuídas ao Conselho de Administração;
- (iv) a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia, cujos valores sejam superiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (v) a participação em consórcios, em outras sociedades;
- (vi) alienação de participações societárias e de bens imóveis da Companhia;
- (vii) a assinatura ou endosso de títulos de crédito em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (viii) aprovar a assunção e/ou confissão de dívida; e
- (ix) salvo em operações relacionadas à compra e venda de energia elétrica, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar e/ou rescindir contratos, confessar dívidas e fazer acordos em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), adquirir, alienar e onera

bens móveis e móveis cujo objeto não seja a compra e venda de energia, bem como de suas alterações;

Capítulo IV
Administração da Companhia
Seção I
Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 12 A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, que terão as atribuições conferidas por lei, pelo presente Estatuto Social, estando os Conselheiros e Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

Parágrafo 1º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, em livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração anual global e total dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição entre os membros da administração.

Seção II
Conselho de Administração

Artigo 13 O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos (e até igual número de suplentes), dentre os quais um Presidente do Conselho de Administração, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, devendo os conselheiros permanecerem em seus cargos até a posse dos novos membros.

Parágrafo 1º O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos Conselheiros. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Parágrafo 2º Ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Estatuto Social, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, por falecimento, renúncia ou impedimento por tempo prolongado ou permanente de Conselheiro, os demais membros do Conselho de Administração poderão nomear

substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo membro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

Artigo 14 O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias 4 (quatro) vezes ao ano e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação. As reuniões deverão ser convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em primeira ou segunda convocação, mediante notificação (i) entregue pessoalmente com protocolo ou enviada por carta com aviso de recebimento; e/ou (ii) enviada por e-mail com comprovante de recebimento, com informações sobre o local, a data e o horário em que a respectiva reunião será realizada e a ordem do dia, devendo, ainda, ser acompanhada, de documentação suporte aos assuntos a serem discutidos em tal reunião, conforme aplicável.

Parágrafo 1º A reunião do Conselho de Administração poderá contar com a participação de membros do Conselho de Administração via teleconferência ou videoconferência, devendo o instrumento de convocação conter as informações necessárias para possibilitar a participação e acesso dessa forma.

Parágrafo 2º Independentemente das formalidades previstas nos parágrafos acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros.

Parágrafo 3º Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que: (a) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação; (b) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (e-mail) com confirmação de recebimento, carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (c) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião.

Parágrafo 4º Os membros do Conselho de Administração poderão convidar outros participantes para as suas reuniões, para prestarem eventuais esclarecimentos aos membros do Conselho de Administração, os quais deverão

permanecer na reunião pelo tempo necessário a tais esclarecimentos, após o qual deverão retirar-se, sendo-lhes de qualquer forma vedado o direito de voto.

Parágrafo 5º As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas na sede da Companhia ou em qualquer outra localidade, no Estado de São Paulo, a ser indicada no instrumento de convocação.

Parágrafo 6º As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros, e em segunda convocação, com a presença de qualquer número de seus membros.

Artigo 15 As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas e presididas (i) pelo Presidente do Conselho de Administração ou, (ii) por qualquer membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente do órgão, dentre os membros presentes à respectiva reunião. Caberá ao presidente da reunião a escolha de uma pessoa para secretariar os trabalhos.

Artigo 16 Nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia, todas as deliberações serão tomadas sempre pelo voto da maioria dos membros presentes. Em caso de empate em alguma deliberação do Conselho de Administração, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade que preponderará para desempatar e aprovar a deliberação (voto de minerva).

Artigo 17 Sem prejuízo das demais matérias previstas em legislação aplicável e em acordo de acionista arquivado na sede da Companhia, compete ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) Fixar a orientação geral, estratégia dos negócios e posicionamento de mercado da Companhia;
- (ii) Aprovar quaisquer operações e/ou contratos e/ou acordos de qualquer natureza, incluindo comercial, entre, de um lado, a Companhia e, de outro, qualquer dos acionistas, seus administradores e/ou suas partes relacionadas;
- (iii) Eleger e destituir os Diretores da Companhia, e estabelecer suas funções e limites de poder, fixando, ainda, sua remuneração;
- (iv) Fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, podendo, para tanto, a qualquer tempo, examinar os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos da Companhia;
- (v) Aprovar a alteração das práticas e políticas contábeis da Companhia;
- (vi) Escolher, substituir e destituir os auditores independentes da Companhia, bem como os titulares da Auditoria Interna e do Departamento de Controles Internos e Compliance;

- (vii)** Determinar o voto a ser proferido pela Companhia e/ou por seus representantes em quaisquer assembleias gerais ou reuniões de sócios e/ou reuniões de órgãos da administração de qualquer de suas Controladas, exceto pelas matérias que, nos termos deste Estatuto Social, da legislação aplicável ou de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, deverão ser aprovadas em Assembleia Geral;
- (viii)** Aprovar a criação e extinção de controladas e a aquisição, alienação ou oneração, por si ou por suas controladas, de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades;
- (ix)** Aprovar a concessão de doações e subvenções;
- (x)** Aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação ou oneração de qualquer marca, patente, direito autoral, segredo de negócio, know-how ou outra propriedade intelectual, por si ou por suas Controladas;
- (xi)** Aprovar o ingresso, por si ou por suas controladas, em qualquer joint venture ou associação, incluindo a constituição de sociedades com terceiros;
- (xii)** Aprovar as políticas de risco a serem adotadas pela Companhia e suas respectivas alterações, observadas as diretrizes de governança corporativa e gerenciamento de riscos da Companhia;
- (xiii)** Aprovar a contratação de qualquer endividamento, financiamento, empréstimo, emissão de debêntures, notas promissórias e/ou outros títulos ou valores mobiliários de dívida cujos valores sejam até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (xiv)** Aprovar a constituição de ônus e outorga de garantias relativas a obrigações da Companhia e/ou de Controladas envolvendo valores superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);
- (xv)** Vender, arrendar, empenhar, hipotecar, onerar, ceder ou de outra forma dispor de, ou comprometer-se a vender, arrendar, empenhar, hipotecar, ceder, licenciar ou de qualquer outra forma dispor, inclusive por meio da concessão de opção ou de direito de preferência, de qualquer ativo da Companhia em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xvi)** Aprovar a realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, ou o desenvolvimento de novos projetos pela Companhia cujos valores sejam superiores a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social);
- (xvii)** Aprovar a outorga ou concessão de quaisquer ações ou opções de compra de ações de emissão da Companhia, ou mecanismo equivalente, a seus administradores e empregados (ou modificações nas opções já outorgadas), sempre de acordo com os termos e condições de eventual plano de outorga ou concessão de ações, plano de opção de compra ou plano de remuneração similar destinado aos executivos da Companhia aprovado pelos acionistas;
- (xviii)** Aprovar a criação de qualquer plano de participação nos lucros e resultados da Companhia a ser outorgado para colaboradores;

- (xix) Aprovar a emissão de bônus de subscrição de emissão da Companhia, a seus administradores e empregados, bem como a sócios, administradores e empregados de afiliadas da Companhia, bem como definir os termos e condições que deverão regular a alienação dos bônus de subscrição emitidos ou a serem emitidos pela Companhia;
- (xx) Aprovar ou alterar a política de concessão de crédito;
- (xxi) Aprovar e submeter à Assembleia Geral Ordinária da Companhia as demonstrações financeiras anuais, relatórios da administração e dos auditores independentes; e
- (xxii) Manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.

Seção III **Diretoria**

Artigo 18º A Diretoria será composta de, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro, 1 Diretor Técnico e 1 Diretor Administrativo, com prazo de gestão de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, com atribuições fixadas de conformidade com as disposições legais e deste Estatuto, ficando dispensados de caução de gestão.

Parágrafo 1º Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto.

Parágrafo 2º Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo 3º A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a esta deliberar sobre a sua distribuição a seus membros.

Parágrafo 4º No caso de vacância de cargo da Diretoria, compete à Diretoria como órgão colegiado indicar, dentre seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Artigo 19 Compete ao Diretor-Presidente:

- (i) exercer as funções corporativas a ele atribuídas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;
- (ii) buscar cumprir as estratégias, as metas e os objetivos fixados e aprovados pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração; e
- (iii) obedecer fielmente ao Estatuto Social e às finalidades da Companhia, preservando sua imagem e as boas relações com os clientes e fornecedores.

Artigo 20 Compete ao Diretor Financeiro:

- (i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;
- (ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;
- (iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária;
- (iv) monitorar mudanças e tendências no mercado de investimentos e determinar as estratégias de atuação apropriadas;
- (v) preparar relatórios financeiros a serem reportados aos acionistas, ao público, ao investidor e aos profissionais da área financeira;
- (vi) manter relações com comunidades bancárias e de investimentos;
- (vii) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações;
- (viii) acompanhar e revisar o painel de metas e indicadores de ESG da Companhia;
- (ix) acompanhar os compromissos de natureza ambiental, social, econômica e de governança corporativa assumidos pela Companhia por meio do monitoramento das ações dos grupos de trabalho voltados para ESG;
- (x) notificar o Conselho de Administração de situações envolvendo temas e abordagens de ESG com potencial de impacto para imagem, reputação e patrimônio da Companhia;
- (xi) solicitar eventuais análises de risco ou oportunidade na área de ESG, sempre que as julgar necessárias e oportunas para o esforço de atuação preventiva ou para a gestão adequada das questões ambientais, sociais e de governança;
- (xii) recomendar a adoção de ações para fortalecer a cultura de ESG na Companhia;
- (xiii) recomendar a adesão ou continuidade da Companhia com princípios, acordos, pactos, iniciativas e tratados nacionais ou internacionais, direta ou indiretamente relacionados com ESG; e
- (xiv) acompanhar as tendências dos temas relacionados à sustentabilidade do negócio e propor a inclusão da Companhia em políticas globais ou regionais referentes à sustentabilidade empresarial.

Artigo 21 Compete ao Diretor Técnico:

- (i) desenvolver e responder tecnicamente pelos projetos de engenharia que serão implementados ou considerados para a tomada de decisão de novos negócios da Companhia;

- (ii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas implantação de projetos de geração de energia elétrica da Companhia; e
- (iii) responsabilizar-se pela operação e manutenção dos projetos de geração de energia elétrica.

Artigo 22 Compete ao Diretor Administrativo:

- (i) zelar pelos ativos, financeiros e não financeiros da Companhia;
- (ii) responsabilizar-se pela manutenção predial da estrutura física da Companhia;
- (iii) gerenciar a estrutura interna de tecnologia da informação da Companhia;
- (iv) implementar os sistemas e programas de gestão da qualidade na Companhia;
- (v) planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos de recursos humanos da Companhia, responsabilizando-se pelos processos de admissão, desligamento, pagamentos, controles trabalhistas, bem como relacionamento com sindicatos e pela definição e gestão das políticas e procedimentos de administração salarial e de benefícios;
- (vi) coordenar e supervisionar a implementação de políticas de recursos humanos;
- (vii) planejar, organizar e dirigir as atividades que envolvem o atendimento e relacionamento da Companhia com seus clientes; e
- (viii) acompanhar e gerir os indicadores de serviços prestados.

Artigo 23 Aos Diretores da Companhia competirá a execução de todos os atos necessários para a operação da Companhia, de acordo com a legislação aplicável, com este Estatuto Social e com eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, devendo a Diretoria solicitar previamente ao Conselho de Administração todas as autorizações que forem necessárias, nos termos do Estatuto Social e de eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, incluindo, exemplificativamente:

- (i) representar a Companhia como acionista ou quotista nas Assembleias Gerais ou reuniões de quotistas das sociedades por ela controladas ou nas quais detenha qualquer participação societária, salvo se visando a constituição de nova sociedade, hipótese que deverá observar o disposto no Artigo 18, "viii" acima. Excepcionalmente neste item, fica estabelecido que a Companhia poderá se fazer representar exclusivamente por 1 (um) procurador apenas, com poderes específicos para tanto;
- (ii) representar perante quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais;
- (iii) representar a Companhia conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato outorgado como condição da celebração de determinado contrato, neste caso exclusivamente para a prática de atos específicos;
- (iv) assinar Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, participar em leilões de energia e afins, incluindo a assinatura de documentos necessários à participação nestes;
- (v) a abertura e a movimentação de contas bancárias;

- (vi) prática de qualquer outro ato necessário à condução dos negócios da Companhia e com relação à consecução do seu objeto social;
- (vii) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições neste Estatuto Social; e
- (viii) representar perante quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, salvo para fins judiciais, hipótese na qual a Companhia poderá ser representada por somente 1 (um) procurador munido de poderes específicos para tanto.

Artigo 24 É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por 2 (dois) membros da Diretoria.

Artigo 25 A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, seja ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, inclusive a celebração e rescisão de contratos, concessão avais, fianças ou outras garantias, respeitadas os limites previstos em lei e no presente Estatuto Social, competirão sempre:

- (i) aos 2 (dois) Diretores agindo em conjunto, sendo vedada a combinação de representação por meio do Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Técnico, sendo certo que, neste caso, outro Diretor ou procurador será necessário para a válida representação da Companhia; ou
- (ii) a 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador.

Parágrafo 1º Poderão ser assinados apenas por 1 (um) Diretor, ou por 1 (um) dos Procuradores nomeados na forma deste Estatuto, os seguintes atos:

- (i) endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia;
- (ii) autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- (iii) registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários; e
- (iv) recebimento de quaisquer importâncias devidas, assinando os recibos e dando quitação.

Parágrafo 2º Em casos especiais poderão ser outorgados a 1 (um) só Diretor ou Procurador, poderes expressos para a prática de atos especificados nos respectivos instrumentos.

Parágrafo 3º As procurações deverão conter poderes específicos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

Artigo 26 São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação a Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros que não sejam suas controladas diretas ou indiretas, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Artigo 27 As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes.

Capítulo V Conselho Fiscal

Artigo 28 O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 29 O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

Parágrafo 1º A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse.

Parágrafo 2º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando aplicável, será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger.

Capítulo VI Exercício Social e Distribuição de Lucro

Artigo 30 O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas. Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar o balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras do exercício, os quais serão submetidos ao Conselho de Administração e, posteriormente, à Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo 1º Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo 2º Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º O saldo remanescente do lucro líquido, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável.

Parágrafo 4º A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido.

Parágrafo 5º Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Parágrafo 6º As demonstrações financeiras anuais da Companhia, previstas na Lei das Sociedades por Ações, deverão ser auditadas por auditores independentes.

Capítulo VIII **Liquidação**

Artigo 31 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante, bem como fixar a remuneração do mesmo.

Artigo 32 Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com a exclusão de qualquer hoje, por mais privilegiado que seja.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 36387FFF-EA67-4741-8E36-8E889A4F79B8

Status: Concluído

Assunto: AWH - AGE Fechamento de K (v. 2025.10.29_minuta padis)

Envelope fonte:

Documentar páginas: 17

Assinaturas: 4

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Jurídico 2W

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, Torre A, 27º andar, Sala 2.701, , Edifício Morumbi Golden Tower São Paulo, São Paulo 04711-130

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

juridico@2wenergia.com.br

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Endereço IP: 2804:82a8:4101:

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Jurídico 2W

Local: DocuSign

31/10/2025 | 19:30

juridico@2wenergia.com.br

Eventos do signatário

Adriano Chaves Juca Rolim

adriano.juca@2wecobank.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

Assinado por:

A4866990EA124A8...

Registro de hora e data

Enviado: 31/10/2025 | 19:33

Reenviado: 31/10/2025 | 20:03

Visualizado: 31/10/2025 | 20:58

Assinado: 31/10/2025 | 20:58

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 2a02:26f7:e502:4000:4000::8

Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Michelle Adriane Bochnia Coutinho

michelle.bochnia@2wecobank.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

72E8432B1BF04DA...

Enviado: 31/10/2025 | 19:37

Reenviado: 31/10/2025 | 20:03

Visualizado: 31/10/2025 | 20:04

Assinado: 31/10/2025 | 20:04

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP:

2804:7f0:bbc2:1380:b483:9238:b6e8:7054

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Ricardo Lopes Delneri

ricardo.delneri@2wecobank.com.br

x

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

62D002B90E264F3...

Enviado: 31/10/2025 | 19:37

Visualizado: 31/10/2025 | 19:43

Assinado: 31/10/2025 | 19:43

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP:

2a02:26f7:e502:5808:0:6000:0:3

Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	31/10/2025 19:33
Envelope atualizado	Segurança verificada	31/10/2025 19:37
Envelope atualizado	Segurança verificada	31/10/2025 19:37
Entrega certificada	Segurança verificada	31/10/2025 19:43
Assinatura concluída	Segurança verificada	31/10/2025 19:43
Concluído	Segurança verificada	31/10/2025 20:58
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora